

Economia

Regulação, financiamento e poder de compra dificultam energias renováveis em Cabo Verde

| Editoria Economia | 15/10/2015



-A / +A

A regulação, o financiamento e o poder de compra dos consumidores são as principais barreiras à aplicação e ao desenvolvimento das energias renováveis em Cabo Verde, segundo um inquérito divulgado na cidade da Praia.



As categorias que são consideradas barreiras mais severas são o enquadramento regulatório do setor energético e o financiamento (DR)

Promovido pela Associação Lusófona de Energias Renováveis (ALER), o inquérito, levado a cabo junto empresas e entidades do setor com sede ou atividade em Cabo Verde, pretende aferir as perspetivas de desenvolvimento das energias renováveis no país, que tem como meta atingir uma cobertura de 100% de energias limpas até 2020.

No âmbito do estudo, foram analisadas diversas categorias de fatores – contexto nacional, regulação do setor, regulação complementar, equipamentos e serviços, consumidores finais, financiamento e informação –, tendo sido perguntado aos inquiridos se os consideravam barreiras ou facilitadores do desenvolvimento das energias renováveis, conforme explicou Isabel Carcela de Abreu, da ALER.

«As categorias que são consideradas barreiras mais severas são o enquadramento regulatório do setor energético e o financiamento», disse a responsável, que apresentou os resultados do estudo esta quarta-feira, durante um seminário na Praia.

c

Organizada pela Câmara de Comércio, Indústria e Serviços do Sotavento em

parceria com a ALER, a iniciativa debateu as oportunidades e os desafios do envolvimento do setor privado nas energias renováveis em Cabo Verde.

Analisando os fatores isoladamente, o poder de compra dos consumidores finais, a regulamentação de acesso à rede e das relações comerciais entre agentes do setor e a política fiscal e aduaneira foram aqueles que as empresas ouvidas no estudo consideram como barreiras mais severas. «Apesar de haver uma legislação desde 2011 para a microgeração, não está regulamentada e não está a ser implementada, e os que querem ejetar na rede eletricidade de origem renovável têm tido problemas», disse Isabel Cancela de Abreu.

Relativamente à política fiscal e aduaneira, a responsável da ALER adiantou que, apesar de haver incentivos fiscais e alfandegários para a importação de produtos de energias renováveis, isso não acontece. «É deixado ao critério das alfândegas implementar ou não esses benefícios, e muitas vezes não são implementados. Isto é um problema frequentemente referido pelas empresas», sublinhou.

Isabel Cancela de Abreu acredita que esta questão será ultrapassada com a publicação, para breve, pela Direção-Geral da Energia, da legislação que define as Empresas de Serviços Energéticos.

O inquérito analisou também o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER) de Cabo Verde, recentemente publicado, com a totalidade dos inquiridos a avaliar positivamente o plano, considerando que será muito útil. «São muito positivos em relação às metas e às medidas, apesar de as considerarem ambiciosas. (Consideram que) são difíceis de implementar, mas possíveis», disse a responsável, lembrando que o plano prevê uma cobertura total de energias renováveis em 2020.

O estudo analisou ainda a perceção sobre o setor privado de energias renováveis, concluindo que as empresas consideram que este não está organizado e que os seus interesses não chegam aos decisores políticos e não são tidos em consideração.

Quanto ao ambiente de negócios para o setor das renováveis, apenas 13% das empresas consideram que é bom, com 65,2% a dizerem que é razoável e 17,4% que é mau.

Isabel Cancela de Abreu explicou que a realização do inquérito foi um primeiro passo e que a ALER irá agora analisar os resultados e elaborar um conjunto de recomendações para apresentar ao próximo governo. «Este é um “timing” muito importante (Cabo Verde tem eleições legislativas em 2016), e é importante que o setor privado tenha uma mensagem para os próximos decisores políticos», disse.

Durante o seminário foi também lançada pela ALER uma plataforma 'online' com os contactos de todas as entidades, públicas ou privadas, do sector das energias renováveis nos países lusófonos. Segundo a responsável, o objetivo é facilitar a identificação de interlocutores institucionais, parceiros, financiadores, fornecedores e prestadores de serviços necessários para o desenvolvimento de projetos nesta área.

